

MEMÓRIAS MARGINALIZADAS: REFLEXÕES SOBRE POBREZA URBANA, CULTURA E GÊNERO

Sofia Santos Vasques Simões de Carvalho¹
Isabella Pizarro Tiburcio²

Resumo: Os conceitos e noções tradicionalmente fixados na Geografia e na ciência moderna em geral, provém majoritariamente de percepções de mundo eurocentradas, logo, heteronormativas, brancas, burguesas e patriarcais. No mesmo sentido, tais percepções materializam-se nas simbologias dos espaços urbanos, refletindo os valores e desejos das culturas hegemônicas na sociedade. Na tentativa de romper com estas visões, o presente artigo propõe a renovação e, portanto, a subversão das lógicas que fixam essas bases na ciência e sociedade, indicando novas categorias de análise para a compreensão da pobreza urbana, a partir das questões de gênero que permeiam a temática, destacando memórias e identidades invisibilizadas nos contextos latino-americanos. Baseado em um levantamento e aprofundamento teórico e metodológico, predominantemente feminista e decolonial, a análise divide-se em duas seções principais, sendo a primeira focada em discutir as relações entre pobreza urbana, cultura e gênero e a segunda destinada a refletir sobre as memórias marginalizadas através do conceito de patrimônio-territorial.

Palavras-chave: Empobrecimento; Geografias Feministas; Patrimonialização; Decolonialidade.

MARGINALIZED MEMORIES: REFLECTIONS ON URBAN POVERTY, CULTURE AND GENDER

Abstract: The concepts and notions traditionally fixed in Geography and in modern science in general, come mostly from Eurocentric perceptions of the world, therefore, heteronormative, white, bourgeois and patriarchal. In the same sense, such perceptions materialize in the symbologies of urban spaces, reflecting the values and desires of hegemonic cultures in society. In an attempt to break with these visions, this article proposes the renewal and, then, the subversion of the logic that fixes these bases in science and society, indicating new categories of analysis for the understanding of urban poverty, from the gender issues that permeate the theme, highlighting memories and identities made invisible in Latin American contexts. Based on a predominantly feminist and decolonial theoretical and methodological survey and deepening, the analysis is divided into two main sections, the first focused on discussing the relationships between urban poverty, culture and gender and the second intended to reflect on marginalized memories through the concept of 'patrimônio-territorial'.

Keywords: Impoverishment; Feminist Geographies; Patrimonialization; Decoloniality.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro. sofia.vasques@unesp.br

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro. isabella.pizarro@unesp.br

INTRODUÇÃO

A construção de conceitos, ritos acadêmicos e epistemológicos na Geografia, e na ciência moderna de modo geral, se baseia majoritariamente em perspectivas hegemônicas e universalistas que provém de visões de mundo, sobretudo, eurocentradas, masculinas, brancas e heteronormativas. A partir desta compreensão, a filósofa Donna Haraway (1995, p. 22), propõe a noção do “conhecimento situado e corporificado”, afirmando que estes conceitos fixados ao longo do tempo, são resultantes de perspectivas individuais e, quando não contextualizados, se tornam “não localizáveis e, portanto, irresponsáveis”, ou seja, “incapazes de ser chamado a prestar contas”.

Deste modo, a autora desfragmenta estes embasamentos científicos, tidos como universais, situando-os historicamente, geograficamente e socialmente, possibilitando uma noção mais ampla de quem, o que, quando e onde, tal teoria foi articulada. Provoca-se assim o questionamento do que até então, era tido como verdade absoluta, para que seja possível a subversão destas lógicas, como pretende-se neste trabalho e como a geógrafa feminista Joseli Maria Silva defende em suas obras, afirmando que

apenas quando assumimos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvemos uma atitude crítica sobre os modos de se ‘fazer a geografia’, duvidando da consagração das ‘verdades’ estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreendemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico (SILVA, 2009, p. 25).

Visando contextualizar, situando e corporificando – como proposto nas reflexões de Haraway; e repensar os tradicionais discursos científicos predominantes na ciência moderna e, conseqüentemente, na ciência geográfica, pretende-se colocar luz nos discursos invisibilizados, citados por Silva. Da mesma forma, estas noções eurocentradas materializam-se e articulam-se nos símbolos das paisagens urbanas, perpetuando histórias e memórias não condizentes com a realidade latino-americana, percepção que também será explorada neste trabalho.

Sendo assim, como tema central e ponto de partida, a presente investigação pretende analisar as relações entre pobreza urbana, cultura e gênero, transcorrendo memórias marginalizadas a partir do estudo dos símbolos urbanos por meio da patrimonialização. Para tal, a pesquisa se apoiará em conceitos como o de gênero, decolonialidade, patrimônio-territorial, entre outros, principalmente a partir das obras de Joseli Silva, Judith Butler, Everaldo Costa, Roberto L. Corrêa, Nelly Stromquist, entre outros.

Desta forma, busca-se a subversão epistemológica a partir de perspectivas latino-americanas, decoloniais e críticas de determinados conceitos, na tentativa de romper com os ideais binários que permeiam a Geografia, propondo novas categorias de análise para o que se entende como pobreza urbana.

A metodologia da investigação articula-se inicialmente a partir da revisão bibliográfica majoritariamente decolonial e feminista destas noções citadas, para que sejam propostas novas categorias de análise e, então, seja compreendida a relação entre patrimonialização e empobrecimento. Para isso, o texto está dividido em dois momentos, no primeiro aprofunda-se nas ideias sobre pobreza, cultura e gênero e a necessidade da subversão e de uma reinvenção dos fundamentos acerca destas

temáticas dentro da Geografia e da ciência moderna; e no segundo momento a exposição da relação entre os processos de empobrecimento e de patrimonialização, na tentativa de demonstrar a importância de visibilizar memórias marginalizadas.

POBREZA URBANA, CULTURA E GÊNERO

A compreensão de pobreza e cultura vem sendo foco de discussões em diversos campos científicos, porém as bases para tal encontram-se majoritariamente nas epistemologias europeias, que não se aplicam aos contextos vivenciados no Sul global. Silva (2009, p. 55) aponta que o saber científico é uma criação humana “marcado por um espaço/tempo” da Europa moderna, promovendo uma “concepção do mundo que se tornou universal e hegemônica, anulando a emergência de saberes plurais e de sujeitos que não se enquadraram no protagonismo do conhecimento eurocentrado e masculino.”

Visto isso, para uma percepção mais atual, dinâmica, decolonial e geográfica destas noções, propõe-se aqui o questionamento das categorias de análise que sustentam os conceitos de pobreza, progresso e cultura, tradicionalmente fixados, considerando a importância das análises de gênero dentro destas estruturas na América Latina.

Os estudos de gênero na Geografia, são atravancados pela notada hegemonia masculina, formando uma ciência “marcada por privilégios de sexo e de raça características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante” (SILVA, 2009, p. 26). A geógrafa ainda complementa que

A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades.

Apesar das dificuldades, o campo das Geografias Feministas e as discussões sobre gênero e sexualidade estão ganhando espaço na ciência geográfica, porém não há um consenso sobre a conceituação de gênero na mesma. Na presente pesquisa, o conceito será articulado e entendido como uma idealização social, a partir da visão desconstrutiva de Butler (2003), que situa o gênero a partir de três bases: do sexo – este compreendido como “anterior a cultura”, já que regula as práticas humanas, ou seja, é “pré-discursivo” (p. 25), abastecido pelos discursos baseado em valores burgueses, falocêntricos e heterossexuais – do próprio gênero e do desejo.

Visto isso, busca-se também a renovação de categorias que conservam os arquétipos de pobreza e cultura da e na modernidade, uma destas é a raça, principalmente quando formulada a partir do apagamento de identidades e memórias. Quijano (2005, p. 17) afirma que se trata de um “novo sistema de dominação social que teve como elemento fundador a ideia de raça”, para o autor “esta é a primeira categoria social da modernidade”, utilizada para legitimar a exploração e naturalizar a dominação histórica, categorizando povos diversos e

distintos como selvagens, impondo um ideário de barbárie e classificando-os em apenas uma raça. Sobre a categoria, o autor ainda aponta que

Visto que não existia previamente – não há rastros eficientes dessa existência –, não tinha então, como tampouco tem agora, nada em comum com a materialidade do universo conhecido. Foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. Essa idéia de *raça* foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes e sobre o conjunto da espécie que, para muitos, desafortunadamente para gente demais, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas. (QUIJANO, 2005, p. 17)

O autor assinala a urgência de novas visões e categorias de análise para basear as discussões sobre pobreza, cultura e de todos os conceitos compreendidos enquanto fixos da modernidade. A proposta de Transmodernidade de Dussel (2005), por exemplo, pretende romper com a colonialidade do saber e do poder a partir de uma perspectiva que, além de teórica e metodológica, também se compromete com a ética de se produzir pesquisas efetivamente decoloniais.

Do mesmo modo apontam Silva e Ornat (2020, p. 166), afirmando que um fazer geográfico efetivamente feminista não se resume em apenas “agregar gênero, masculinidades ou feminilidades em determinadas análises espaciais(...)”, mas se constitui como feminista no processo do fazer científico, comprometido com a transformação da ordem social e a promoção da justiça de gênero”.

O teórico Stuart Hall compreende como consequências da imposição destas categorias “universais” o fato de as mesmas estarem “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. Para o autor, tratam-se de transformações nas identidades pessoais “abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados”, gerando o que Hall denomina de uma “crise de identidade” (HALL, 2006, p. 9). Além destes processos coloniais que geraram essa homogeneização compulsória, o autor também apresenta o contexto da globalização dentro destes regimes.

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a *identidade*, ficam reduzidas a uma espécie de *língua franca* internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como ‘homogeneização cultural’ (HALL, 2006, p. 75)

Esta homogeneização escancara a realidade em que tudo e todos que estão fora desta padronização, ou seja, à margem do sistema, têm suas identidades, memórias e culturas invisibilizadas. Processo este que, Bauman (2005) debate em ‘Vidas desperdiçadas’, apontando como ‘resíduos humanos’ estes que são considerados os detritos de uma sociedade moderna, se tornando dispensáveis.

A partir disso, a noção de pobreza como algo fixo, delimitado por dados generalizantes, sem contemplar as pluralidades culturais, históricas e geográficas deve ser redefinida. Hoffman e Centeno (2006, p. 19) alertam para “o tamanho dos desníveis que separam as seções da população” nos países latino americanos, sendo, portanto, necessária uma nova “linguagem de análise” do que temos como progresso e pobreza. Os mesmos ainda afirmam que, além desta desigualdade que marca fortemente o continente,

a ausência de qualquer tendência de longa duração para melhorar as injustiças e a estabilidade de uma população intocável de trabalhadores informais, tudo isso parece requerer categorias mais próximas do conceito de casta do que de classe. A coexistência de altos níveis de desigualdade com preconceito racial apoia essa categorização. Talvez o principal motivo para não usar a linguagem da análise de classes seja que, na era do pós-guerra e na OECD, essas discussões tornaram-se associadas a uma noção de poder em termos não violentos e ocultos. Na América Latina, a desigualdade é apoiada por níveis de violência que remetem ao século XIX. Trata-se de uma desigualdade que só pode ser estabelecida e entendida por meio do constante, e diariamente reforçado, derramamento de sangue. (HOFFMAN; CENTENO, 2006 p. 19).

A partir de então, adota-se nessa pesquisa a noção de empobrecimento como fenômeno, através de uma compreensão dinâmica, interseccionando com as questões relacionadas à cultura, memória e identidade, como proposto também pelos geógrafos Amalia Lemos, Everaldo Costa

un fenómeno transescalar y transtemporal, y considerando sujetos ubicados o en situación espacial con su acervo popular periferizado (cultura, memoria y el potencial representativo de la existencia del negro, del indígena, del empobrecido latinoamericano) (LEMOS; COSTA; SIZZO, 2022, p. 138).

O mesmo formato será seguido nesta investigação, buscando compreender o empobrecimento e o empobrecido como fenômenos ativos, rompendo com os traços binários e rígidos da ciência moderna, que fixam seus princípios nas dualidades como ‘cultura x natureza, pobre x rico, homem x mulher’ etc. E para uma análise mais aprofundada das relações entre pobreza e cultura, optou-se aqui pelo recorte da pobreza urbana relacionando-a com a patrimonialização, como será abordado na próxima seção.

Assim, da mesma forma que Hoffman e Centeno alertam para a necessidade de novas categorias de análise para a pobreza, Lemos, Costa e Sizzo afirmam que

Los estudios sobre la pobreza en América Latina incluyen las teorías de la modernización, en las décadas de 1950 y 1960, con una fuerte influencia de las corrientes europeas y norteamericanas. Estas teorías se basaron en una comparación con los países de industrialización avanzada, lo que llevó a los planificadores latinos a diagnósticos apresurados y resultados catastróficos, mientras trataban de organizar y usar los recursos sin considerar las realidades locales. (LEMOS; COSTA; SIZZO, 2022, p. 139)

Neste sentido, a ideia de progresso e desenvolvimento solidificam-se também a partir destas teorias de modernização europeias e norte-americanas. Estas que, como afirmado pelos autores, trouxeram diagnósticos e resultados catastróficos, principalmente quando observamos as estruturas políticas urbanas e culturais, reforçando a ‘crise identitária’ comentada por Hall, anteriormente citada.

A geógrafa e urbanista feminista Leslie Kern, ao traçar perspectivas para uma cidade feminista, aponta que “a cidade foi criada para apoiar e facilitar os papéis tradicionais do gênero masculino e estabelecendo as experiências dos homens como regra” (2021, p. 19). Estes papéis e normas são solidificados através, não apenas do planejamento e políticas públicas, mas também pelos símbolos que permeiam as cidades, como aponta Kern, “o simbolismo de gênero do ambiente urbano construído é um lembrete de quem construiu a cidade” (2021, p. 30).

Sendo assim, a necessidade de novas categorias de análise que contemplem a realidade latino-americana de mulheres, população LGBTQIAP+ entre outros, é essencial para a real compreensão sobre pobreza e cultura. Silva (2007) em estudo sobre as relações entre pobreza, gênero e o espaço urbano, aponta que “o número dos domicílios chefiados por mulheres e sua relação com a pobreza tem aumentado” (p. 118), concluindo que o modelo social patriarcal e a crise da instituição matrimonial acarretam na desigual renda entre mulheres e homens, gerando uma “feminização da pobreza urbana” (p. 120). Ao analisar um grupo focal de mulheres chefes de família da periferia da cidade de Ponta Grossa, no sul do Brasil, a autora aponta que

A maioria destas mulheres empobrecem quando se tornam chefes da família, pela dissolução conjugal e notadamente porque investiram seu tempo de existência em determinados campos da vida, como a maternagem e o cuidado com a reprodução familiar, e deixando de investir em sua formação profissional. (...) Esse fator impacta sobre a possibilidade das mulheres gerarem renda de forma diferenciada dos homens, que em geral, não fazem estas concessões na vida familiar. (SILVA, 2007, p. 125)

Durante a pandemia de covid-19, esta realidade foi acentuada, com a privação do espaço público (que já era controlada quando pensado na realidade das mulheres brasileiras), o espaço privado se tornou a principal referência e muitas vezes o pesadelo de diversas mulheres, onde a violação de seus direitos se tornou cotidiana e oculta.

Dados como a chefia das famílias, como apontado por Joseli Silva (op. cit.), podem ser utilizados como categorias renovadas de análise sobre o empobrecimento. Outra possibilidade profundamente relacionada com a questão das chefes de família é a abordada por Stromquist (1995). A autora analisa o analfabetismo como categoria fundamental para compreender e buscar soluções para as condições desiguais vividas, principalmente, pelas mulheres da América Latina, a autora afirma:

In efforts to improve the condition of women in society, education has been identified as the most accessible and manipulable means to create both individual and social change. Literacy, as one of the beginning steps in the acquisition of formal and scientific knowledge, is seen as a crucial tool to attain modernity, democracy, and economic well-being. Since women currently occupy subordinate positions in society, literacy has been seen as tool for empowerment,

enabling them to not only develop a critical view of their surrounding society, but also to organize and mobilize for change through specific actions (STROMQUIST, 1995, p. 48).

Assim como Silva (2007), contudo relacionando o letramento com o empobrecimento, a autora conclui que a divisão sexual do trabalho doméstico “faz com que as mulheres trabalhem mais, despendam considerável energia física e tenham menos disponibilidade para estudar” (STROMQUIST, 1995, p. 50), situação agravada quando têm filhos, já que precisam sair de casa para frequentar as aulas. Stromquist ainda afirma que

The conditions of poverty among women force them to engage first economic survival strategies. When low-income women organize it is for pressing issues such as water, health, housing, land ownership, and transportation. (1995, p. 50).

Assim é possível observar as potencialidades em interpretar a pobreza urbana na América Latina, partindo de categorias plurais e interseccionais, que viabilizam novas noções de planejamento urbano e políticas públicas ao integrar a percepção da influência do capital no processo de urbanização – como mostra Spósito (2000, p. 75), afirmando que a partir da “deslocalização-desdobramento-internacionalização do capital” se dá o desenvolvimento desigual dos centros e periferias urbanas.

Assim, o enfoque e a reflexão da ação do capital em todos os pontos aqui citados são indispensáveis, mas também é necessário integrar as conceituações de Massey (2000), a medida que a autora destaca que entre as diversas possíveis influências na vivência espacial de um indivíduo, o capital não é o único determinante e fatores como raça e gênero podem estabelecer experiências e delimitar a existência espacial e local (MASSEY, 2000, p. 178).

Mais uma vez, a homogeneização discutida tanto por Hall, quanto por Quijano e por Silva, segue delimitando essas existências, materializando-se na estética das cidades. Essa homogeneização das áreas urbanas é discutida por Moreira (2017 p. 62), a partir do caso das “desapropriações das áreas ocupadas pelos negros na região mais central de São Paulo”, município na região Sudeste do Brasil.

Ele aponta que o projeto urbanístico da cidade tem caráter “europeizante e embranquecedor, sob alegações higienistas, moralizantes e disciplinadoras”, este que estaria vinculado também às pretensões imobiliárias, projetando discursos modernizantes que conciliam com o “discurso urbanístico, revestido de cientificidade, introduzido para justificar as ações de poderes anônimos, consonantes com o panoptismo foucaultiano” (p. 63).

Da mesma forma age a ‘patrimonialização global’, conceito definido por Costa (2011), o qual o autor denuncia as lógicas hegemônicas da patrimonialização, como parte considerável do processo de universalização das localidades, principalmente nas cidades, frente às resistências dos grupos marginalizados nas mesmas; compreensão esta que será aprofundada na seção a seguir.

MEMÓRIAS MARGINALIZADAS E PATRIMÔNIO-TERRITORIAL

Além do conceito de patrimonialização global, Costa (2016; 2017; 2018; 2021) define a noção de ‘Utopismos Patrimoniais’, sendo essa baseada em três pilares: o utopismo patrimônio-territorial, utopismo patrimonial singularista e o utopismo

patrimonial existencialista. O primeiro “enaltece resistências socioculturais e memoriais da formação espacial latino-americana”, o segundo “denuncia a urbanização resultante do universalismo moderno europeu imposto na América Latina” e o terceiro “reconhece a força do sujeito situado frente aos riscos e vulnerabilidades socioespaciais, tratados negligentemente, em sua dimensão física-mercantilista” (COSTA, 2021, p. 114).

Estas fundamentações atravessam substancialmente a presente pesquisa. O processo de patrimonialização reflete os interesses do capital na face mais concreta da identidade, memória e cultura humana. Desta forma, o mesmo autor, em parceria com as geógrafas Lemos e Sizzo apontam que

La simbiosis patrimonio-territorial y la pobreza urbana tienen una orientación popular o suceden a través de la vida cotidiana en el espacio compartido, donde el vecindario, en la metrópoli, es un reflejo de la nación y se convierte en una nación comandada por sujetos periféricos, que usan el poder de las técnicas de la información para enunciar su existencia, denunciar los estigmas y enseñar el camino a seguir para corregir la teoría. El patrimonio-territorial pervierte el sentido estigmatizante de los espacios empobrecidos y el viejo debate de la pobreza urbana en sí, que se redujo a la esfera de la capacidad del consumo y del empleo, a través de la activación de los sujetos en sus propios territorios. Se trata de subsumir o arrojar a algo mayor: el ‘pobre’, la ‘pobreza’ o la ‘periferia’ (hechos congelados), analizando lo ‘empobrecido’, el ‘empobrecimiento’ y los ‘espacios periféricos’ (procesos móviles), en sus contradicciones reales y, por lo tanto, estigmatizados por la idea restrictiva de la escasez completa y pura e incluso por la crítica espacial parcial y no totalizadora (LEMOS; COSTA; SIZZO, 2022, pg. 151).

Mesquita (2020), ao dialogar com a mesma base conceitual, afirma que na patrimonialização global, as “memórias e identidades passam a ser consumidas e apropriadas com o intuito de reorganizar os espaços em proveito do capital estrangeiro” (p. 168), processo este que se deu principalmente na Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela Assembleia Geral da UNESCO em 1972. A autora ainda afirma que neste momento a “universalização de valores e referências ocidentais no campo patrimonial” foi acentuada, já que no evento foram delimitadas diversas “restrições e obrigatoriedades quanto a proteção, valorização e disseminação do patrimônio em escala mundial” (p. 171). A geógrafa conclui que

Tal aspecto corrobora para a manutenção de discursos salvacionistas e justifica a continuidade de intervenções externas nos países entendidos como “desprovidos”, razão que replica a colonialidade do poder na esfera da cultura e do patrimônio. (...) A definição do que é patrimônio mundial e a listagem de bens dessa magnitude inicia uma disputa que articula empreendimentos urbanos de caráter global e exploração turística, sendo instrumentalizados o território e seu ordenamento para exercício de diferenças de poder que distorcem e quebram solidariedades sociais antes presentes (MESQUITA, 2020, p. 171).

Sendo assim, a análise da pobreza urbana, quando compreendida a partir da patrimonialização e em confluência com as questões de gênero, possibilita a visibilidade de memórias e identidades marginalizadas, denunciando as estruturas de poder que as ocultam. Estas estruturas solidificam-se em diversos símbolos presentes nas paisagens urbanas, sendo um desses os monumentos. De acordo com o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2007, p. 11), estes, conferem “o caráter de poderosos meios de comunicação de valores, crenças e utopias, assim como de afirmações do poder daqueles que os construíram”.

Estes símbolos, representados através de monumentos, nomes de ruas, entre outros, preservam e perpetuam memórias e um imaginário coletivo na história dos espaços urbanos, reforçando narrativas hegemônicas e apagando, distorcendo e inferiorizando heranças de grupos como mulheres, negros, povos originários, pessoas com deficiência e população LGBTQIAP+. A geógrafa feminista Jane Darke (1996, p. 98) afirma que “qualquer assentamento é uma inscrição no espaço das relações sociais na sociedade que o construiu. Nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto”.

Assim formam-se o que Denis Cosgrove interpreta como, paisagens da cultura dominante. O autor indica que através dos simbolismos presentes na paisagem, o poder dessas culturas hegemônicas passa a ser aceito como um “reflexo verdadeiro da realidade de cada um” (2012, p. 230), desta forma

Tais paisagens simbólicas não são apenas afirmações estáticas, formais. Os valores culturais que elas celebram precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado. Em grande parte, isso é realizado na vida diária pelo simples reconhecimento dos edifícios, nomes dos lugares etc. Mas frequentemente os valores inscritos na paisagem são reforçados por ritual público durante cerimônias maiores ou menores (COSGROVE, 2012, p. 232).

Um estudo feito pelo Instituto Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais) em 2020 na cidade de São Paulo denominado ‘A presença negra nos espaços públicos de São Paulo’ retrata as constatações feitas neste artigo. O instituto fez um levantamento dos monumentos catalogados pelo portal GeoSampa, neste foi constatado a presença de 367 monumentos na cidade, sendo 200 representações de formas humanas e, apenas 24 de formas femininas. Dentre estas 24 representações de mulheres, apenas uma era negra (PÓLIS, 2020).

Silva (2007) afirma que parte da produção dos espaços de constrangimento que dificultam o acesso das mulheres está na “construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade” (p. 120). Essas barreiras, além de situarem-se através das estruturas governamentais, por meio da não elaboração de políticas públicas e abandono das periferias, também são endossadas através da “invenção” de memórias.

Corrêa (2016, p. 5) aponta que as cenas exibidas nessas paisagens, através das formas simbólicas espaciais das mesmas, podem ser inventadas, recriando um passado por meio da transmissão de mensagens da elite. O autor afirma que “trata-se da paisagem da simulação do passado, que transporta o observador a um passado que não existiu, criando uma memória seletiva e equivocada”. Assim, a necessidade de repensar desde as categorias de análise, até as formas efetivas de representação espacial de identidades e memórias é urgente. Sobre isso Castro e Magalhães (2020, p. 133) refletem que

O território deve corresponder também à espacialização da identidade étnica de um povo ou de um grupo, envolvendo sua história, sua origem e seu destino, compondo um referencial de valores que possa integrá-lo como iguais para diferenciar dos outros. A etnicidade em seu caráter político manifesta-se para fora, contrapondo-se a um modelo cultural mais amplo.

É neste sentido que se encontra o conceito de patrimônio-territorial de Costa (2016; 2017; 2018; 2021), buscando incorporar “as histórias e cultura dos empobrecidos, violados por intervenções estratégicas e subestimados por instituições e memórias seletivas do espaço cidadão” (LEMOS; COSTA; SIZZO, 2022, p. 151), à medida que questiona qual acervo popular é valorizado e qual é marginalizado. O mesmo autor propõe a ativação popular do patrimônio-territorial, fomentando o estudo e mapeamento das resistências frente às forças hegemônicas e coloniais da patrimonialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão do plano diretor, idealização de políticas públicas, teorizações geográficas sobre possibilidades de implementações espaciais nunca serão plenamente efetivas enquanto não houver o reconhecimento da pobreza enquanto processo dinâmico, levando em consideração os diversos contextos e culturas e compreendendo os sistemas de produção e consumo capitalista baseados nas estruturas patriarcais e heteronormativas, assegurados na homogeneização e colonização.

Desta forma, a pesquisa desenvolvida propôs uma nova leitura da pobreza urbana através da valorização das resistências frente a colonialidade do poder e do saber, a partir de conceitos como a ativação popular do patrimônio-territorial agregado ao campo das Geografias Feministas. Para uma real operacionalização das ideias desenvolvidas, conclui-se que é necessário um comprometimento além do teórico com as demandas sociais, buscando visibilizar os grupos marginalizados e, portanto, suas memórias e identidades, fazendo justiça a suas existências e resistências, para além dos discursos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. La modernidad y sus parias. Paidós. Barcelona, España. 2005.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, B. A. C.; Magalhães, B. Lugares de memória: narrativas, itinerário e patrimônio cultural. **PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, 3 (6), 121-134. 2020
- CORRÊA, R. L. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 1(1):9-22, jan.-jul., 2007
- CORREA, R. L. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 94, p. 1-11. 2016.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Pp. 220-237. In. **Geografia cultural: uma antologia**. Org. CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012

COSTA, E. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. Cuadernos de Geografía: **Revista Colombiana de Geografía**, 26(2), 2017.

COSTA, E. Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis. **Revista Geográfica Venezolana**, 62(1), 2021.

COSTA, E. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. **Investigaciones Geográficas**, 96(2), 2018.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011

COSTA, E. Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder. **Actas XIV Coloquio Internacional de Geocrítica**. 1-32. Barcelona, España, 2016.

DARKE, J. The Man-Shaped City. In: BOOTH, Chris; DARKE, Jane; YEANDLE, Sue (comps.). **Changing Places. Women's Lives in the City**. Londres, Sage, p. 88, 1996.

DUSSEL, E. Transmodernidad e Interculturalidad: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación. En E. Lander (comp.) **La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Unesco, Ciccus, Clacso, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade** ; Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos PAGU** (5) 1995; p. 07-41

HOFFMAN, K; CENTENO, M. A. Um continente entortado (América Latina). Trad. RODGERS, A. P. L. pp. 11-46. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n.2. Novembro de 2006.

KERN, L. **Cidade feminista**: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens.; Trad. MOTTA, T. R. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LEMO, A. I. G.; COSTA, E. B; SIZZO, I. A. Pobreza urbana y patrimonio-territorial en metrópolis latinoamericanas. **Revista Geográfica Venezolana**. Pp. 136- 156. Vol. 63 (1) 2022.

MASSEY, D. Um Sentido global do lugar. In. **O espaço da diferença**, (Cap. 8). ARANTES, A. (Org.); Campinas, SP: Papius, 2000.

MESQUITA, E. Território usado e lógicas patrimoniais no Paraguai. **PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, 3 (6), 167-184, 2020.

MOREIRA, M. R. da S. **Mitos e monumentos**: a construção de identidades paulistanas (1920 – 1955). Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

PÓLIS, Instituto. **A presença negra nos espaços públicos de São Paulo**. Novembro, 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/presencanegra/> Acesso em: fevereiro de 2023

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, 19 (55), 2005.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v 22, n. 44, 2007.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas** : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, PR. TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, Volume 19, Number 1, January 2020, pp. 163-171.

SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. 92p.

SPÓSITO M. E. B. **Capitalismo e urbanização**; Núcleos urbanos da história, revolução industrial e urbanização, a cidade moderna: para onde? Editora: Contexto, São Paulo, 10ª edição. Coleção: Repensando a Geografia. 2000

STROMQUIST, N. P. Women's Literacy and Empowerment in Latin America. Pp.47-63, In. TORRES, C. A. **Education and Social Change in Latin America**. James Nicholas Publishers, 1995.